# “Tinha que fazer tudo”: autoconstrução, informalidades e formação das redes de sobrevivência na Baixada Fluminense (1950-1990)

## “We Had to Do Everything”: Autoconstruction, Informalities, and the Formation of Survival Networks in the Baixada Fluminense (1950-1990)

**Linderval Augusto Monteiro***

**Resumo**: O presente artigo investiga, com base em entrevistas realizadas nos anos 1990, o processo de loteamento e ocupação proletária da Baixada Fluminense entre 1950 e 1990. Explora-se como trabalhadores migrantes, atraídos pela dinamização da economia carioca no pós-guerra, colonizaram essa antiga região agrícola, transformando-a em uma periferia urbana maciçamente expandida. Argumenta-se que essa ocupação se deu sob a lógica da inclusão perversa: a ausência de infraestrutura estatal e a pressão por moradia forçaram os migrantes a desenvolver estratégias próprias de resolução de problemas, como a autoconstrução da habitação e dos equipamentos urbanos e a formação de redes informais de sobrevivência. Longe de revelar passividade ou marginalidade, essas práticas forjaram identidades *sui generis*, pautadas na autonomia da propriedade e na agência coletiva diante da invisibilidade a que o Estado relegava esses moradores.
**Palavras-chave**: Baixada Fluminense; autoconstrução; história oral.

**Abstract**: Drawing on interviews conducted in the 1990s, this article examines the process of land subdivision and proletarian occupation of the Baixada Fluminense between 1950 and 1990. It explores how migrant workers, attracted by the dynamism of Rio de Janeiro’s post-war economy, colonized this former agricultural region, transforming it into a massively expanded

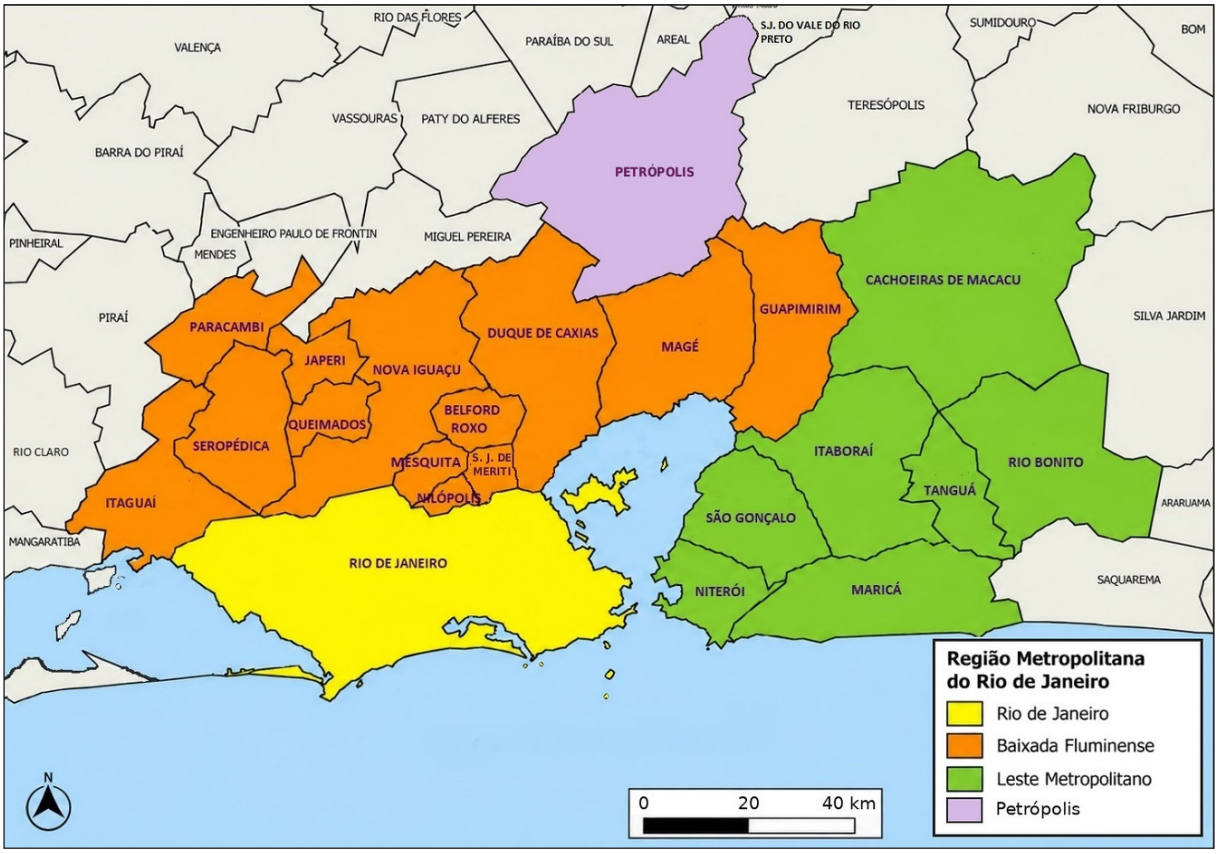
* Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professor titular da Faculdade de Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, Brasil. E-mail: lindervalmonteiro@ufgd.edu.br. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-3985-4188.

urban periphery. It argues that this occupation developed under a logic of perverse inclusion: the absence of state infrastructure and intense housing pressure forced migrants to develop their own problem-solving strategies, such as the autoconstruction of housing and urban infrastructure and the formation of informal survival networks. Far from signaling passivity or marginality, these practices forged *sui generis* identities, grounded in the autonomy of property ownership and in collective agency in the face of these residents' invisibility to the state.
**Keywords**: Baixada Fluminense; autoconstruction; oral history.

## Introdução

Baixada Fluminense é, desde a década de 1960, a designação de uma grande área urbana contígua à cidade do Rio de Janeiro. Somada à capital, ao chamado Leste Metropolitano — que reúne, entre outros, Niterói e São Gonçalo — e a Petrópolis, ela compõe o Grande Rio ou Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).

**Mapa 1 – Divisão da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**




Fonte: elaboração do autor, com base na malha municipal do IBGE.

O Mapa 1 adota a acepção ampla de Baixada Fluminense, com 13 municípios, embora este artigo trate sobretudo do núcleo histórico da ocupação por loteamentos, cuja extensão, nos anos 1950-1960, se examina a seguir.

Em 2022, a RMRJ somava cerca de 7.500 km² e 12 milhões de habitantes; a Baixada Fluminense, cerca de 2.800 km² e 3,6 milhões de habitantes.[1]

Para efeitos práticos, considero aqui que foi no início da década de 1960 que passou a ter sentido chamar de Baixada Fluminense a extensa área plana sobretudo ocupada por subalternos e marcadamente caracterizada, segundo Maurício Hill, na apresentação do conjunto de artigos que escreveria em *Ultima Hora*, entre agosto e setembro de 1962, por ser:

> [...] um mundo em convulsão [...] onde um milhão de habitantes está inteiramente à mercê de cangaceiros políticos, de pistoleiros profissionais e senhores de terra feudais, e tem o seu futuro condicionado pelo analfabetismo, a mortalidade infantil, ao crime, à fome e à miséria.[2]

Ao longo dos anos 1950, à medida que a ocupação urbana se consolidava nessa região periférica contígua ao então Distrito Federal, o termo Baixada Fluminense foi passando a designar, em periódicos e textos acadêmicos, esses locais de ocupação humana explosiva. Por volta da publicação dos artigos de Hill, Baixada, nos periódicos, significava exclusivamente os municípios de Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis e a grande Nova Iguaçu de então, que ainda englobava Belford Roxo, Queimados, Japeri e Mesquita. Outros locais transformados em suburbanos pela máquina loteadora nas décadas seguintes foram sendo enquadrados nessa região inventada, como Magé, Itaguaí e Paracambi.[3]

O fato de a ocupação dessa área ter se dado quase exclusivamente pela compra de lotes por migrantes, e de tanto o loteamento quanto a construção das casas terem ocorrido longe de qualquer supervisão estatal, marcou de forma definitiva a região e a gente que nela passou a habitar.

O artigo investiga como se processou o loteamento da Baixada Fluminense entre 1950 e 1990, construindo um retrato do que chamo de colonização proletária dessa região. Argumento que essa ocupação se deu sob a lógica da inclusão perversa:[4] a ausência de

---

1 IBGE. **Censo demográfico 2022**: população e domicílios – primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. IBGE. Área territorial brasileira 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Petrópolis foi reincorporado à RMRJ em 2018.

2 HILL, Maurício. Baixada, Nordeste sem seca. **Ultima Hora**, Rio de Janeiro, p. 1, 22 ago. 1962.

3 Sobre a história da região e sua “invenção” como território físico e simbólico, ver ENNE, Ana Lúcia. **“Lugar, meu amigo, é minha Baixada”**: memória, representações sociais e identidade na Baixada Fluminense. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. SIMÕES, Manoel Ricardo. **A cidade estilhaçada**: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. Mesquita: Entorno, 2007. NASCIMENTO, Álvaro Pereira do; BEZERRA, Nielson Rosa (org.). **De Iguassú à Baixada Fluminense**: histórias de um território. Curitiba: Appris, 2019. SALES, Jean; FORTES, Alexandre (org.). **A Baixada Fluminense e a ditadura militar**: movimentos sociais, repressão e poder local. 2. ed. rev. e ampl. Salvador: Sagga, 2022 (2016).

4 Conceito de José de Souza Martins: a modernização brasileira não exclui os pobres, mas os inclui em termos que aprofundam sua subalternidade. Cf. MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-47. Distinta da “integração perversa” de Alba Zaluar, que nomeia a inclusão de jovens pobres das favelas na sociedade de consumo pela via do tráfico: a inclusão perversa do colonizador proletário opera pela moradia e pelo trabalho. Cf. ZALUAR, Alba. **Integração perversa**: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

infraestrutura estatal e a pressão por moradia forçaram trabalhadores migrantes a desenvolver estratégias próprias de resolução de problemas, autoconstruindo tanto a habitação quanto os equipamentos urbanos e formando redes informais de sobrevivência.

Para dar conta dessa história, o texto articula anúncios de loteamentos publicados em jornais cariocas dos anos 1950 e 1960, a bibliografia sobre urbanização periférica — com destaque para os trabalhos pioneiros de Pedro Pinchas Geiger e Maria Therezinha de Segadas Soares e os estudos de Filippina Chinelli e Maria Helena Beozzo de Lima sobre autoconstrução — e, principalmente, entrevistas que realizei com moradores de bairros oriundos de loteamentos ao longo da década de 1990. Esses depoimentos, em sua maioria jamais transcritos à época, permitem acessar as experiências de homens e mulheres que construíram suas casas e seus bairros com as próprias mãos.

## Da "favelização" à "colonização proletária"

A LITERATURA SOBRE urbanização periférica no Brasil consolidou, desde os anos 1960, algumas categorias centrais: "favelização", "autoconstrução", "periferia", "marginalidade urbana". Cada uma captura dimensões importantes, mas nenhuma dá conta integralmente do processo específico que caracterizou a Baixada Fluminense entre 1950 e 1990.

"Favelização", tal como a categoria circula na literatura discutida por Janice Perlman, Lícia Valladares e outros,[5] designa ocupação irregular de terra — frequentemente pública, às vezes privada — por populações de baixíssima renda que constroem habitações precárias sem títulos de propriedade e sob ameaça constante de remoção. A favela caracteriza-se pela insegurança jurídica da posse: moradores são "invasores" que podem ser expulsos a qualquer momento, o que estrutura tanto suas estratégias políticas quanto suas subjetividades.

A colonização proletária da Baixada difere fundamentalmente disso. Trabalhadores não invadiam terras: compravam lotes em prestações e tornavam-se proprietários — aos próprios olhos e, na maior parte dos casos, perante a lei. Raramente enfrentavam ameaça de remoção; sofriam, isso sim, abandono estatal calculado.

Essa diferença também separa o caso da Baixada dos modelos analíticos mais influentes sobre periferias. Diferentemente dos loteamentos paulistanos estudados por James Holston,[6] em que a propriedade se conquista progressivamente pela luta política e pela regularização, na Baixada os trabalhadores eram, desde o primeiro dia, compradores com contrato, ainda que de lotes que o Estado jamais dotaria de infraestrutura. E, ao contrário do "avanço silencioso das pessoas comuns" que Asef Bayat descreve[7] nas periferias do Sul Global — a ocupação

5 PERLMAN, Janice E. **O mito da marginalidade**: favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977 (1976). VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

6 HOLSTON, James. **Cidadania insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013 (2008).

7 BAYAT, Asef. From 'Dangerous Classes' to 'Quiet Rebels': Politics of the Urban Subaltern in the Global South.

paciente e ilegal do espaço urbano —, aqui não havia ocupação a dissimular: havia um título de compra, uma prestação a pagar e um bairro a erguer. Brodwyn Fischer mostrou como, no Rio de Janeiro do século XX, a informalidade nunca foi exceção ou falha transitória, mas condição estrutural e duradoura da relação entre os pobres urbanos, a lei e a propriedade — e é nessa longa duração, e não num desvio pontual, que a colonização proletária da Baixada se inscreve.[8]

No debate brasileiro, essa distinção tem um precursor pouco lembrado. Já em 1977, Carlos Nelson Ferreira dos Santos advertia que “morar em favela e morar na periferia são duas coisas bem diferentes”, e localizava parte da diferença na forma de posse: enquanto a favela nasce da ocupação ilegal do solo, na periferia intermediária — onde ele situava a Baixada Fluminense — encontrava-se “uma grande massa de pobres que são proprietários”.[9] A colonização proletária aqui descrita leva adiante essa intuição, reconstituindo, a partir das falas dos moradores, o que a condição de proprietário produziu em termos de experiência, sociabilidade e autonomia.

A distinção não é pequena. Mesmo em bairro sem água, esgoto, luz ou asfalto, a propriedade do lote produzia subjetividades específicas — “daqui ninguém podia me tirar”, diria um entrevistado. Eram proprietários, e não invasores; estavam excluídos da cidade, mas não na ilegalidade da posse. Daí outra especificidade, decisiva para o que se segue: a ausência do Estado raramente era contestada; na maior parte do tempo, era aceita como norma. O colono proletário autoconstruía a solução e esperava, em silêncio, que o poder público cumprisse o que o loteador prometera nos anúncios. Quem erguia as próprias paredes sem esperar o Estado forjava, nesse gesto repetido por décadas, uma autonomia prática que fazia da resolução direta dos problemas — e não da negociação institucional — a forma natural de agir sobre o mundo.

“Autoconstrução” tornou-se categoria central nos estudos sobre periferia urbana brasileira a partir dos trabalhos de Francisco de Oliveira, Ermínia Maricato, Sérgio Ferro e Gabriel Bolaffi.[10] Com as ferramentas da crítica marxista, esses autores demonstraram como a autoconstrução da habitação era funcional ao capitalismo brasileiro: rebaixava o custo de reprodução da força de trabalho, transferia aos subalternos o ônus da moradia e constituía subsídio indireto ao capital. A casa erguida aos fins de semana, em mutirões com parentes e vizinhos, ao longo de anos ou décadas, simbolizava a superexploração: o trabalhador trabalhava durante a semana para o patrão e, nos fins de semana, para si mesmo.

---

**International Sociology**, London, v. 15, n. 3, p. 533-557, Sept. 2000. p. 536, 545. Tradução minha.

8 FISCHER, Brodwyn. **A Poverty of Rights**: Citizenship and Inequality in Twentieth-Century Rio de Janeiro. Stanford: Stanford University Press, 2008.

9 SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Volviendo a pensar en “favelas” a causa de las periferias. **Nueva Sociedad**, Caracas, n. 30, p. 22-38, mayo/jun. 1977. p. 30 e 32. Tradução minha, aqui e nas demais citações desta obra.

10 OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. **Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 2, p. 5-82, 1972. MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. *In:* MARICATO, Ermínia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982 (1979). p. 71-93. FERRO, Sérgio. **O canteiro e o desenho**. São Paulo: Projeto, 1979. BOLAFFI, Gabriel. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. **Ensaios de Opinião**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 16-23, 1975.

Concordo com essa análise, mas a colonização proletária da Baixada obriga a desenvolver um ponto que ela apenas registrou: a migração da autoconstrução da casa para o espaço público. Não nego que também essa autoconstrução coletiva servia ao capital — loteadoras lucravam com lotes desprovidos de infraestrutura e governos se desobrigavam de investir. Argumento, porém, que ela produzia ao mesmo tempo algo que escapava a esse cálculo: os vínculos entre vizinhos, os acertos de reciprocidade que regulavam a ajuda mútua e a experiência de erguer a cidade com as próprias mãos, que amarrava essas pessoas a um território e a uma identidade comum. Os moradores tornaram-se, coletivamente, produtores de cidade.

## Adeus Maxambomba[11]

Os CLASSIFICADOS dos jornais cariocas dos anos 1950 e 1960 estão repletos de ofertas de lotes nos quatro municípios que então formavam a Baixada. Variados, os anúncios guardavam muitos pontos em comum: quase todos qualificavam os novos bairros como jardim ou parque, ou adotavam nomes idílicos. Pululavam denominações como Campo Lindo, Paraíso, Prados Verdes, Serra Azul, Nova Era, Alvorada, Tropical, Primavera, Eldorado, Éden e Canaã.

Os anúncios enfatizavam a proximidade das estações de trens "elétricos" ou de rodovias existentes e projetadas, e o curto tempo — de 25 minutos a 1h20 — até a Praça Mauá, no centro do Rio. Ofereciam conduções para visitar a área e apresentavam o bairro como progressista. "Reserve desde já o futuro de seu filho!", conclamava, em 1952, o anúncio do Bairro Campo Alegre, em Queimados, com "Luz e Força da Light cortando o Loteamento", uma adutora "passando a 700 metros" e ruas "ainda não terminadas".[12]

Exibidas tantas vantagens — inexistentes, ou só de passagem, na maioria dos casos —, os anúncios explicitavam os preços, sempre lembrando que a entrada era muito inferior à metade do valor e que o restante poderia ser dividido em até cem ou duzentas vezes.

Em um anúncio de 1950, terrenos em Duque de Caxias eram oferecidos a partir de Cr$ 8.000,00, com entrada de Cr$ 344,00 e Cr$ 86,00 de prestação. A entrada equivalia a pouco menos que um salário mínimo, então de Cr$ 380,00. O vendedor garantia: "Pode construir logo. Dou posse imediata."[13]

Os anúncios deixam claro a quem os loteadores se dirigiam: trabalhadores que atuavam no Rio e já não podiam sobreviver em sua periferia imediata, saturada de migrantes e de moradia cara.

11 Nome antigo do centro da atual Nova Iguaçu, entreposto de laranjas da Estrada de Ferro Central do Brasil (antiga Dom Pedro II), renomeado em 1916; os memorialistas o associam à "cidade perfume" anterior aos loteamentos. Ver CRIVELLO, Natalia Azevedo. **A modernidade iguaçuana na terra dos laranjais**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2014.

12 **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 4, 23 nov. 1952.

13 **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 13, 14 mar. 1950.

Diferentemente do sonho dos memorialistas locais, não existiram separadas as épocas das laranjas[14] e dos lotes. Os loteamentos[15] surgiram onde havia laranja, no meio das matas derrubadas ou em brejos drenados onde a agricultura nunca prosperara; à medida que os laranjais fracassavam e afundavam os proprietários em dívidas, o movimento se expandia pelos demais distritos do antigo município de “Iguassú”, onde montar um loteamento não exigia qualquer controle estatal.

A trajetória de Tenório Cavalcanti ilustra essas primeiras metamorfoses. Chegado a Merity, no fim dos anos 1920, para administrar uma fazenda decadente e impedir invasões, adaptou-se ao novo jogo: comprou áreas baratas, aproveitou as primeiras obras de saneamento e enriqueceu vendendo terras que virariam loteamentos populares. A população pobre que antes ajudara a reprimir tornou-se, a partir de meados dos anos 1930, sua base de apoio. Antes mesmo da explosão do pós-guerra, a Baixada já se estruturava como território de especulação, abandono estatal e ocupação proletária.[16]

## Os primeiros olhares acadêmicos

No mundo acadêmico, a máquina loteadora passou a chamar a atenção no início da década de 1950, quando o geógrafo Pedro Pinchas Geiger, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), se tornou um dos primeiros a se debruçar sobre as realidades econômicas e sociais da região.

Em 1956, com Myriam Gomes Coelho Mesquita, Geiger publica *Estudos rurais da Baixada Fluminense*, relatório de campo destinado a responder por que persistia, tão perto do Distrito Federal, uma “paisagem e uma vida rural como a do século passado”.[17] Presa ao século XIX, a agricultura local estava condenada a ser tragada pela máquina loteadora.

A tese de livre-docência de Segadas Soares, publicada em 1962,[18] deu sequência a essa hipótese; foi o primeiro trabalho a esmiuçar o loteamento num município da Baixada no momento em que ele ocorria: uma Nova Iguaçu em plena metamorfose, cujo centro ganhara

14 O “ciclo da laranja” (1920-1940), evocado pelos memorialistas como a “Era de Ouro” da região, declinou com a interrupção das exportações na Segunda Guerra e com as pragas. Ver ALEXANDRE, Maria Lúcia Bezerra da Silva. Uma cidade, muitas letras e algumas memórias: a escrita da história iguaçuana entre as décadas de 1950 e 1970. **Revista Periferia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 1-17, 2014.

15 Segundo Luiz César de Queiroz Ribeiro, o loteamento surgiu como forma de ocupação relevante em regiões próximas à atual Baixada ainda nos anos 1920. RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados**: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/UFRJ/IPPUR/FASE, 1997. p. 198. Manoel Ricardo Simões data de 1913 o primeiro loteamento da região, próximo à estação de Engenheiro Neiva e batizado de Nilópolis — hoje nome do município. SIMÕES, op. cit., 2007, p. 104.

16 Sobre a trajetória de Tenório Cavalcanti e sua relação com a invenção da Baixada Fluminense como região, ver RALSTON, Tyler Andrew. Horror on the Periphery of Modernity: The Invention of the Baixada Fluminense and the Legendary Tenório Cavalcanti. **The Americas**, Cambridge, v. 76, n. 2, p. 267-298, Apr. 2019.

17 GEIGER, Pedro Pinchas; MESQUITA, Myriam Gomes Coelho. **Estudos rurais da Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: IBGE, 1956. p. 1.

18 SEGADAS SOARES, Maria Therezinha de. Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo grande Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 24, n. 2, p. 155-241, abr./jun. 1962.

feições urbanas primeiro para servir à citricultura e, logo depois, para atender ao *boom* populacional acelerado pelo declínio dos laranjais.

Já em 1956, Geiger e Mesquita enxergavam com nitidez o mecanismo que a autoconstrução embutia: a casa erguida pelo próprio trabalhador prendia-o a um deslocamento diário extenuante entre o lote distante e o emprego no Rio.

> [...] são os próprios compradores, operários, que constroem as (suas) casas (constituindo uma) massa de trabalhadores, que faz os grandes deslocamentos da casa para o trabalho e vice-versa, além do tempo despendido, cansa-se fisicamente, tendendo naturalmente ao embrutecimento sem poder elevar seu nível cultural.[19]

O diagnóstico de Geiger e Mesquita antecipava, em linguagem ainda datada, o que a literatura sobre autoconstrução formularia como espoliação urbana:[20] o tempo e o corpo do trabalhador consumidos no trajeto eram a face menos visível do subsídio que a periferia prestava ao capital.

## Autoconstrução e loteamentos periféricos

No fim dos anos 1970, destacam-se dois capítulos de *Habitação em questão*, organizado por Lícia do Prado Valladares: "Os loteamentos de periferia", de Filippina Chinelli,[21] e "Em busca da casa própria: autoconstrução na periferia do Rio de Janeiro", de Maria Helena Beozzo de Lima.[22] Neles emergem, pela primeira vez, personagens do cenário produzido pela máquina loteadora: no de Chinelli, dois loteadores e alguns moradores; no de Lima, os autoconstrutores de um loteamento no então distrito iguaçuano de Queimados.

A voz dos loteadores revela como, ao final dos anos 1970, se consolidara o modo de as elites metropolizarem o Rio, lançando para longe do núcleo trabalhadores quase sempre paupérrimos, antes moradores de cortiços e favelas. Fatiar a terra em pequenos lotes vendidos em até 200 "suaves" parcelas surge, no texto de Chinelli, como estratégia plenamente exitosa, facilitada pela ausência de exigências ao empreendedor, que comprava a terra agrícola pelo menor preço e a revendia com a maior margem, agregando o mínimo de infraestrutura.

Os loteadores argumentam que seu público jamais poderia comprar mais que um lote sem infraestrutura, pois os trabalhadores que "escolhiam" a Baixada não passavam de "párias" incapazes, pela baixa renda, de possuir o que quer que fosse. Loteadores e moradores citam o Banco Nacional da Habitação (BNH),[23] criado para beneficiar "intermediários" e nunca para

19 GEIGER; MESQUITA, op. cit., p. 184.
20 O conceito é de KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
21 CHINELLI, Filippina. Os loteamentos de periferia. *In:* VALLADARES, Lícia do Prado (org.). **Habitação em questão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 49-68.
22 LIMA, Maria Helena Beozzo de. Em busca da casa própria: autoconstrução na periferia do Rio de Janeiro. *In:* VALLADARES, 1980, op. cit., p. 69-91.
23 Criado pela Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, logo após o golpe, e gestor do FGTS a partir de 1966, o BNH apostava na casa própria como fator de ordem — proprietários seriam menos afeitos à "subversão" — e como estímulo à construção civil. Até sua extinção, em 1986, financiou quase 4,5 milhões de moradias, só um terço delas no mercado popular. Após a inadimplência dos primeiros anos, as Companhias de Habitação

financiar o imóvel de um “operário que ganha um salário mínimo”, como a expressão máxima da ausência de projetos voltados aos subalternos, a quem restava comprar o lote distante e desprovido da mais ínfima infraestrutura.

Lima investiga a autoconstrução no “Jardim Esperança”, nome inventado para ocultar o de um bairro de Queimados surgido em 1972, a mais de 50 km da Central do Brasil. A pesquisa respondia a uma demanda do Conselho de Desenvolvimento Social do governo Geisel que, em 1976, requisitara ao IBGE estudos sobre as condições de vida da população de baixa renda nas regiões metropolitanas; em 1977, soube-se que, na RMRJ, 32,7% dos domicílios próprios com renda de até três salários mínimos eram autoconstruídos. O relatório completo, com Maria das Graças Mangueira Este como coautora, só viria a público em 1986.[24] Em 1978, ano do trabalho de campo, as 107 casas do loteamento continuavam em processo de autoconstrução. A fala de um “birosqueiro” define quem é morador dali:

> Isso aqui é um bairro pobre. Só de olhá vê, num tem nada, num tem as vantage dos bairro de gente de posse. É que aqui é tudo gente pobre... é tudo trabalhador que tem uma profissão mas é pobre. Num tem gente de posse aqui... aqui é tudo gente sacrificado. A senhora anda por aí, tudo que vai vê foi feito por eles mesmo nas horinha que sobra, as mulher e as criança ajudando.[25]

Um autoconstrutor explica o porquê de estar ali:

> Pobre só pode morá aqui em cima, aqui pra dentro mesmo, pra esses cantão. Lá embaixo[26] é só pra gente de posse, pobre num tem condição... é muito caro. Antes cabia mais pobre lá embaixo, né. Era aquelas favela, aquelas cabeça-de-porco... inda tem, mas é pouco agora... os tempo agora é outro, num tem mais lugar barato... é tudo caro lá embaixo. Pode vê, pobre agora vem tudo aqui pra cima fazê suas casinha pra tê um pouco de sossego.[27]

Essa periferização não precisaria ser precária se fosse planejada pelo Estado; seguiu, porém, a tradicional lógica elitista de arquitetar a exclusão dos subalternos. Tal exclusão foi ressignificada pelas próprias vítimas, que viam no lote sem benfeitoria a melhor chance de se tornarem proprietárias, livres dos aluguéis ou da vida precária em casas de parentes e favelas cariocas.

Lima e Este mostram que a extrapolação da autoconstrução do lote para a rua — que está na raiz do que chamo de colonização proletária — já era visível no Jardim Esperança:

> [...] a autoconstrução não se limita à produção da casa, mas estende-se também à produção do próprio bairro. Aos moradores resta furar poços em

Popular (COHABs) passaram a preferir famílias com mais de três salários mínimos e emprego formal; a biscateiros, diaristas e trabalhadores não qualificados restavam a favela, o cortiço e o loteamento da periferia. Cf. AZEVEDO, Sérgio de. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-1986): criação, trajetória e extinção do BNH. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 107-119, out./dez. 1988.

24 LIMA, Maria Helena Beozzo de; ESTE, Maria das Graças Mangueira. Habitação popular: uma análise do processo de autoconstrução na Baixada Fluminense. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 187, p. 349-419, jul./set. 1986. p. 350-351.

25 LIMA, op. cit., 1980, p. 72.

26 “Lá embaixo” ou “lá pra baixo” designa, na fala dos moradores, o município do Rio de Janeiro; “lá em cima” ou “aqui em cima”, a Baixada Fluminense.

27 LIMA, op. cit., 1980, p. 69.

> substituição à rede geral de abastecimento d'água, abrir valas em substituição à rede geral de esgotos e de escoamento pluvial e, em muitos casos, arcar até mesmo com as despesas para instalação de alguma iluminação pública. A eles cabem, ainda, a desobstrução de valas e a recuperação de pontes danificadas pelas chuvas. [...] Os próprios moradores, com seu trabalho, abriram a estrada e, com eucaliptos doados por uma empresa de ônibus, construíram uma ponte sobre o rio que corta o loteamento, para que uma linha de ônibus pudesse servi-los.[28]

A análise pioneira de Carlos Nelson Ferreira dos Santos oscilou nesse ponto. Em 1977, olhando a periferia intermediária em pleno adensamento, ele arriscou uma hipótese sombria: a de que ali "está se estruturando uma marginalidade verdadeira",[29] pelo fechamento do mercado de trabalho e pelo isolamento em relação à metrópole. Ao fim do mesmo texto, porém, entreviu na periferia um papel criativo, que deixou para um trabalho futuro. As entrevistas reunidas a seguir permitem desenvolver essa pista: onde Santos temia a marginalidade, os moradores construíram autonomia, autoconstruindo o espaço público, tecendo redes de sobrevivência e firmando arranjos de reciprocidade que converteram o abandono estatal em ponto de partida.

## Construindo o espaço público

Comecei a ouvir moradores de loteamentos da Baixada Fluminense na década de 1990, poucos anos após o fim da ditadura e em meio à derradeira onda de emancipação de distritos iguaçuanos. Queria entender por que Belford Roxo fora emancipado com apoio quase maciço de sua população, e por que seu primeiro prefeito era objeto de uma veneração pouco condizente com a fama de exterminador que carregou até sua morte trágica.

Embora eu tivesse nascido e crescido na Baixada, acompanhava-me um estranhamento constante: treinado pela Academia, eu não era capaz de escutar de fato o que meus entrevistados diziam, e terminava por silenciá-los, tomando-os como o "parceiro-fantasma"[30] de uma relação em que alguém de outra classe os enganava para obter lucros políticos e econômicos. Só quando mudei minhas perguntas passei a enxergar de outro modo meus vizinhos, muitos deles ansiosos para falar sobre algo que não fosse um prefeito, um partido ou um conjunto de deveres e direitos que nada significava para eles. Era preciso examinar a vida política do morador a partir de sua própria perspectiva — a de quem, ao mirar o espelho, quase nunca enxergava um cidadão pagador de impostos que exigisse contrapartidas do Estado.

O conjunto de histórias ouvidas era enorme e versava sobre lugares habitados por gente que usualmente não produzia qualquer documento.[31] Eu, porém, só aproveitava as falas

28 LIMA; ESTE, op. cit., 1986, p. 378-379.
29 SANTOS, op. cit., 1977, p. 37.
30 WEFFORT, Francisco C. **O populismo na política brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989 (1978). p. 15.
31 Uma palavra sobre o *corpus*. A pesquisa que deu origem a este artigo reuniu entrevistas com 35 moradores de bairros de loteamento da Baixada Fluminense — sobretudo Nova Iguaçu e Belford Roxo —, realizadas entre 1994 e 1999, em sua maioria autoconstrutores: trabalhadores manuais (pedreiros, serventes, mestres

ligadas às carências da periferia ou à valorização das lideranças comunitárias, que tomava como fio condutor; o cotidiano do “povo pobre” — casar, frequentar um templo, deslocar-se ao trabalho, erguer uma casa, esticar um orçamento mínimo — nunca coube nas versões que produzi. Quando comecei a utilizar o termo “colonização proletária”, voltei a essas entrevistas, a maioria das quais nem sequer transcrevi, em busca de pistas dessa colonização. Não foi difícil encontrá-las.

## A chegada

Destacam-se, nas entrevistas de moradores que se instalaram nos loteamentos, por volta da década de 1950, as impressões da chegada, acompanhadas das lembranças da partida e do que foi deixado para trás. É marcante a diferença entre as memórias das mulheres[32] e as dos homens.

Não entrevistei mulheres que tivessem negociado a compra do lote ou migrado sozinhas. Era quase regra que os homens chegassem antes ao Rio, começassem a trabalhar e só depois organizassem a mudança da esposa e dos filhos. As memórias femininas que recolhi falavam, todas, da surpresa de chegar a um lugar onde “faltava tudo”:

> Eu cheguei direto aqui nesse lugar era depois do Natal de 58. Eu tinha 18 anos e tinha acabado de casar com ele. [...] eu pensava que aqui era outra coisa. Aquela ilusão do Rio, da cidade grande. Só que nem parecia que o Rio era aqui perto. Ele saía todo dia de madrugada e eu escutava o barulho bem longe do trem levando ele pra cidade e ficava sozinha na casa passando o dia todo. [...] Eu chorava. Todo dia pensava que era melhor voltar pra casa.[33]

Nesse mesmo casal, o homem ordena assim as memórias da chegada:

> Eu vim pra cá em 56. [...] Aí eu fui trabalhar na cidade com uns companheiro que tinha vindo antes... eles trabalhava nas obra e eu só sabia trabalho de lavoura [...]. O bairro aqui? Eu vi os anúncio e vim no ônibus que eles botava pra trazer gente no domingo. Quando eu vim nem rua direito tinha ainda.

---

de obra, operários, ambulantes) que ergueram as próprias casas. Cheguei a eles percorrendo os bairros da região, valendo-me da condição de morador que então eu era. Desse conjunto, mobilizo as falas de 15 deles. As entrevistas seguiam as práticas de consentimento então correntes na história oral: eu explicava o propósito da pesquisa e pedia autorização para registrar o depoimento. Como muitos se inibiam diante do gravador, uma pequena parte das conversas não foi gravada; todas as falas citadas neste artigo provêm de entrevistas gravadas e transcritas. Como o consentimento cobria o uso das falas, mas não a exposição nominal em publicação, todos os nomes de entrevistados são fictícios.

32 As poucas falas femininas que recolhi apontam para uma dimensão que este artigo não desenvolve de modo sistemático. A delimitação é deliberada: orientei a seleção pelos autoconstrutores, em sua enorme maioria homens, dada a divisão sexual do trabalho que lhes reservava o canteiro. Numa Baixada estruturada por relações patriarcais, além disso, muitas mulheres evitavam conceder entrevista sem o aval dos maridos — silêncio que é, ele próprio, indício da ordem de gênero daqueles bairros. A experiência feminina da colonização proletária permanece como agenda; tratei-a no caso de Ildacilde do Prado Lameu, a Ilda Furacão, em MONTEIRO, Linderval Augusto. A trajetória de Ilda do Prado Lameu: dinamismo popular e cidadania em uma periferia do Rio de Janeiro. **História Oral**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 33-63, 2006. Idem. **Retratos em movimento**: vida política, dinamismo popular e cidadania na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016. cap. 2.

33 As falas que se seguem provêm de entrevistas com o casal Dalva Ferreira Nunes e Otávio Ferreira Nunes: NUNES, Dalva Ferreira. Dalva Ferreira Nunes (depoimento, 1995). Entrevista concedida ao autor. Nova Iguaçu, RJ, 8, 10 e 12 jul. 1995. NUNES, Otávio Ferreira. Otávio Ferreira Nunes (depoimento, 1995). Entrevista concedida ao autor. Nova Iguaçu, RJ, 6, 10 e 15 jul. 1995.

> Tinha boi e tinha laranja porque nesse Morro Agudo[34] lá embaixo era tudo laranja antes [...]. Era barato o lote e aí eu comprei, mas não tinha nada [...] é que eu tinha que fazer alguma coisa porque eu tava noivo lá quando eu vim [...] e o pai dela tava dizendo que noivado não podia durar muito porque a moça ficava falada e aí eu fiz primeiro o quarto e a cozinha e casei em 58 e vim com ela pra esse bairro.

O bairro, uma decepção para a mulher, era para o homem a única solução possível:

> Eu fui morar com os companheiro numa avenida... numa vila de quarto ali perto de Madureira. [...] o sujeito que era trabalhador assim no pesado ele não tinha como comprar nada lá pra baixo e ele era obrigado a viver nas favela ou nessas avenida de casa que tinha um banheiro pra todo mundo usar. [...] Umas vinte família lá e um banheiro só. [...] o aluguel de casa decente era uma fortuna. Era mais que o salário mínimo [...] pra mim o único jeito era vim pra longe, porque aqui eu conseguia fazer uma casinha e começar a vida. Lá embaixo eu ia ficar marcando passo a vida toda sem ter nada.

A esposa, Dalva, nunca trabalhou fora de casa, o que não significou ocupar-se apenas das atividades de dona de casa:

> [...] a dificuldade grande era as crianças na escola. Aqui nesses bairros não tinha uma escola. [...] Aí eu mesmo comecei a ensinar a ler e a fazer conta. Não demorou muito os filhos dos vizinhos também vieram e eu fiz uma escolinha no fundo do quintal. O Otávio fez um barracão de madeira lá atrás, colocou vermelhão[35] no chão e ele fez uns bancos e mesa e eu ensinava as criança pequena. [...] O dinheirinho que eu ganhava ajudava aí na construção da casa [...].

Em 1995, o casal vivia numa rua sem calçamento, onde o único serviço prestado pela prefeitura era a coleta de lixo, mas numa casa confortável para os padrões da vizinhança. A filha mais nova construíra sobre ela a própria casa; Otávio, aposentado, fazia móveis no galpão que um dia fora a “escolinha”. O encaminhamento dado aos filhos, “todos eles formados”, era o maior orgulho de quem dera algum sentido ao caos original do Jardim Pernambuco, onde chegaram “quando nem nome esse loteamento tinha. Era só uns terreno no meio das laranjeira que a Santa Casa dizia que era dela”.[36]

Não perguntei o que significava “todos formados”. A expressão reapareceria em muitas entrevistas e, pelo contexto, quase sempre queria dizer que os filhos sobreviveram e já “andavam” sem a completa ajuda dos pais, que em geral dividiam o lote original — ou a laje da casa — para que cada filho erguesse a sua. Para o casal, que descrevia a infância no interior de Minas como de grande privação, “as vez comendo banana verde cozida e roubando abóbora que era pros porco”, era a expressão de missão cumprida.

34 Antigo nome de Comendador Soares, bairro de Nova Iguaçu.

35 Piso de cimento queimado tingido de vermelho, revestimento rústico e barato feito com cimento, água e pigmento em pó (o “Xadrez”, nome da marca mais conhecida).

36 A terra em Comendador Soares pertencia legalmente à Santa Casa de Misericórdia, que a obtivera em 1916, mas nunca a ocupara; chacareiros passaram a usá-la e a vender benfeitorias e laranjais. Nos litígios seguintes, a Santa Casa em geral perdia, pois os juízes evitavam remover bairros já habitados. O caso mostra que, mesmo nos loteamentos, a segurança da posse podia ser disputada. Cf. AMEAÇADAS de esbulho pela Santa Casa três mil famílias. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 12, 16 dez. 1960.

A memória de um território hostil, domado primeiro pelo esforço solitário e depois pela cooperação entre vizinhos que viviam os mesmos infortúnios, marca a fala de vários entrevistados, inclusive desse casal:

> Quando a gente chegou era tudo mato. [...] Eu aproveitei que aqui tinha muito barro vermelho ali perto do que agora é valão, mas que era um riozinho [o rio Botas] quando eu cheguei e comecei a pegar o barro e a fazer tijolinho. [...] fiz um forno pra queimar o tijolinho e deu certo. [...] Na época que eu fiz essa outra parte da casa, aí já foi com a ajuda dos vizinhos também. Era assim: a gente juntava nos feriado e final de semana e ia ajudando as obra um do outro.

A migração da autoconstrução para o espaço público, testemunhada por Lima e Este, aparece também na fala do casal. Otávio relata:

> Como o corretor vendia os lote puro, você ficava encarregado de construir sua casinha e logo começava aquela coisa de furar o poço, de fazer uma vala pra jogar o esgoto da casa na frente da rua. No começo nem luz tinha, né. [...] Aqui nessa (avenida) Alcir Brasil a gente fez um valão fundo na frente das casas de um lado e do outro da rua [...] e essa vala ia cair lá no rio que acabou virando valão também de tanto esgoto que levou.

Sua esposa lembra improvisações de outra ordem, ligadas à saúde:

> Aqui não tinha médico nenhum, posto de saúde nenhum nessa baixada toda da estrada até a (rodovia Presidente) Dutra [...]. Tinha mais mesmo no início era terreiro de macumba! Tinha muito terreiro de macumba. [...] Mas como não tinha médico, a gente corria primeiro para uma rezadeira nos centros de macumba ou para uma mulher crente que orava e passava um óleo no lugar da doença. Quando não resolvia desse jeito, eu lembro que tinha um farmacêutico em Cabuçu[37] que atendia a gente na farmácia. [...] Diziam que ele tinha sido médico e perdeu o direito de ser médico e aí abriu a farmácia.

## “Tinha que fazer tudo”

A RESPONSABILIDADE por criar a infraestrutura do bairro parece não ter, por muito tempo, feito surgir a ideia de responsabilizar agentes públicos pelo estado geral das coisas, mesmo décadas após o começo da ocupação. Todos sabiam da falta de esgoto, pavimentação e iluminação, e não havia delegacias, escolas ou hospitais nas proximidades. Contudo, ao contrário de favelas ou conjuntos habitacionais, antes dos anos 1970, eram raras as associações de moradores que de fato pressionassem o poder público.

O mais comum era o surgimento de lideranças episódicas que organizavam a arrecadação de recursos e a participação dos moradores de uma rua — ou trecho de bairro — em obras que tornavam o lugar menos agressivo. Reivindicar do poder público não parecia importante a quem se habituara, pragmaticamente, a saber que sua voz não era ouvida nas prefeituras.

Paradoxalmente, em meados dos anos 1990, o mais comum era ouvir a certeza de que a vida ali era melhor que em outros lugares do Rio de Janeiro:

37 Bairro do então distrito iguaçuano de Queimados, hoje de Nova Iguaçu, a cerca de 7 km do Jardim Pernambuco.

> Eu não trocava aqui por lá pra baixo não [...] aqui todo mundo conhece todo mundo e aí a gente fica mais seguro. Depois é o seguinte. Se não fosse aqui eu não ia conseguir ter uma casa direitinha sendo pobre. [...] Aqui agora que a gente foi ajeitando as coisa na rua, compramo cano de 100 e botamo nas saída das casa e botamo manilha na rua, botamo cascalho de obra na rua também. Agora quando chove não dá aquele lamaçal de antigamente [...].[38]

Outro morador contrasta a percepção externa com a de quem viu o bairro evoluir:

> Eu acho que você não é daqui, né? Pode ser que quem não é daqui olhe essas rua e essas casa tudo sem acabar e ache que aqui é tudo ruim, só que aqui a gente viu começar [...]. Não tinha nem poste quando começou, tinha que cozinhar na lenha porque nem caminhão de gás passava por causa das lama [...]. Agora você vê que só falta asfalto e quem foi fazendo tudo foi a gente mesmo. [...] É muito melhor morar aqui que nas favela. Eu posso falar porque antes de morar aqui eu vim de favela... botaram fogo no meu barraco quando minha filha nasceu. [...] aqui é meu, né?[39]

A autoconstrução não é exclusividade desse lugar. Na periferia paulistana, como mostrou Ermínia Maricato, em 1979, ela também se estendia da casa, erguida ao longo de anos nas horas de folga e à custa de outras necessidades, à produção do espaço urbano: igrejas, escolas primárias, creches, sedes de sociedades amigos de bairros.[40] O que distingue a ocupação proletária da Baixada é a potência da perversidade da inclusão experimentada por essa população.

Segundo muitos entrevistados, os moradores só conseguiram alguma atenção de agentes do Estado quando o bairro se adensou e passou a atrair candidatos a cargos eletivos, sobretudo a vereador, dispostos a trocar recursos por votos — doando materiais de construção, conseguindo cirurgias de “ligação de trompas” ou “desviando da prefeitura” manilhas e cascalho para a autoconstrução de equipamentos urbanos:

> Obra da prefeitura mesmo não teve nunca não. O que acontecia [...] é o cara querer ser vereador ou já ser e querer se eleger de novo e aí ele vem fazer campanha [...] e depois chega aí e desvia da prefeitura manilha, cascalho, cimento, tijolo e a gente usa isso aí pra fazer os esgoto dos valão [...].[41]

A carência era explicitamente moeda de troca eleitoral:

> [...] veio os candidato batendo de porta em porta perguntando se tinha título de eleitor. [...] Teve um que [...] se muitos da rua fizesse o título, ele dava um jeito da prefeitura botar os poste [...]. Aí ficou rua com poste e com energia e rua sem poste e sem energia, dependendo de quantos ele conseguia de eleitor naquela rua.[42]

A dependência do favor político estendia-se a questões íntimas:

38 ROCHA, Waldemar Aparecido. Waldemar Aparecido Rocha (depoimento, 1995). Entrevista concedida ao autor. Nova Iguaçu, RJ, 29 mar. 1995.
39 MORAES, Edgar Batista. Edgar Batista Moraes (depoimento, 1995). Entrevista concedida ao autor. Nova Iguaçu, RJ, 1 nov. 1995.
40 MARICATO, op. cit., 1982, p. 73-79.
41 ALVES, Firmino Teixeira. Firmino Teixeira Alves (depoimento, 1995). Entrevista concedida ao autor. Nova Iguaçu, RJ, 7 out. 1995.
42 RAMOS, Benedito. Benedito Ramos (depoimento, 1995). Entrevista concedida ao autor. Nova Iguaçu, RJ, 10 abr. 1995.

> Engraçado foi que um vereador antigo aqui me prometeu uma operação de ligadura de trompa da mulher, mas ela ficou enrolando e não foi antes da eleição e foi só depois da eleição. Aí o vereador falou que agora que já tinha passado a eleição não dava mais pra ela operar, que era pra ela procurar ele quando estivesse pra ganhar mais um filho que ele arranjava pro médico amarrar as trompa na hora do parto.[43]

A autoconstrução de casas e equipamentos coletivos ao longo de décadas, somada ao descaso oficial, forjou uma mentalidade que de fora pode parecer solidariedade. Na memória dos entrevistados, porém, ela surge como troca de favores entre indivíduos que momentaneamente compartilham infortúnios:

> [...] Tinha família que mudava pra cá sem nada. Fazia um quartinho no terreno até sem laje, só com telha de amianto ou de zinco [...]. Aí era assim: um pessoal ia lá num dia de feriado, domingo e ajudava as vez fazer as paredes e colocar as telhas no lugar. Aí a família entrava pra baixo da telha e pelo menos não tinha mais risco de chover na cabeça das criança.[44]

A troca baseava-se na reciprocidade esperada:

> Agora, aqui era assim: a gente as vez juntava dois, três, as vez eu ia sozinho e ajudava um vizinho a levantar a casa num dia, numa tarde e tal. Era só pra entrar pra dentro. Depois eu começava a mexer na minha de novo e ele via e aí ele vinha e começava a ajudar também.[45]

O sistema, porém, era frágil e sujeito à quebra da confiança:

> [...] Lembro que tive aqui um vizinho que quando chegou ele tava fazendo a casinha dele sozinho e aí a gente aqui de casa e outros vizinhos foram lá ajudar ele sem ele nem pedir. Depois que eu tava continuando a minha obra, todos os vizinhos vieram ajudar e além de não se oferecer ainda parou de falar com todo mundo à toa![46]

Talvez o mais correto seja pensar em uma espécie de jogo da dádiva,[47] em que os recém-chegados eram convidados a entrar numa rede destinada a resolver problemas imediatos — erguer um pedaço de casa “onde se esconder”, obter alimentos, remédios e materiais de construção, pagos depois, muitas vezes, com trabalho. A interação podia se dar pela participação esporádica em mutirões, como os de “bater uma laje” ou os que se formavam onde passavam dutos da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae), para furá-los e criar um sistema clandestino de água tratada. Mas a adesão a essas redes se dava sem que existisse organização formal:

---

43 PRADO, Aristides João. Aristides João Prado (depoimento, 1996). Entrevista cedida ao autor. Nova Iguaçu, RJ, 18 set. 1996.

44 LEMOS, Damião Pereira. Damião Pereira Lemos (depoimento, 1997). Entrevista cedida ao autor. Nova Iguaçu, RJ, 13 abr. 1997.

45 CORREIA, Osvaldo. Osvaldo Correia (depoimento, 1995). Entrevista cedida ao autor. Nova Iguaçu, RJ, 8 dez. 1995.

46 BATISTA SOBRINHO, Sebastião. Sebastião Batista Sobrinho (depoimento, 1995). Entrevista cedida ao autor. Nova Iguaçu, RJ, 13 jul. 1995.

47 MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70, 1988 (1925). Referência clássica para pensar sistemas de reciprocidade baseados em trocas não mercantilizadas, mas calculadas. Sobre as leituras do *Ensaio*, ver SIGAUD, Lygia. As vicissitudes do “Ensaio sobre o dom”. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 89-124, 1999.

> [...] antes não tinha ponte e a gente tinha que descer no valão pra passar pro lado de Morro Agudo pra pegar o trem. [...] a gente [...] juntava vários moradores e chegamos a fazer umas sapatas e bater uma laje. [...] mas não teve nenhuma reunião pra acertar fazer as pinguela e depois a ponte. Eu ganhei umas ferragens grossa e outro entrou com o cimento e outro com outra coisa e aí fomos lá e fizemos as sapatas, as coluna [...] e a gente fez.[48]

O que chamo de rede de resolução de problemas práticos[49] tem um caráter silencioso, na medida em que não é possível identificar nessa rede nada além de reações àquilo que se apresenta como obstáculo a uma existência minimamente suportável.

Minha hipótese é de que a ocupação desse território reuniu pessoas de origens muito diversas que, desprovidas de condições urbanas, passaram a forjar em conjunto valores próprios, ligados ao que lhes era comum além da pobreza:

> Todo mundo era dono do terreno, pelo menos. Pra mim que tinha passado anos de favela pra favela, de casa de parente pra casa de parente, passando humilhação e tudo [...] aqui era pra fazer a casa do jeito que desse, porque daqui ninguém podia me tirar. [...] passou até fome eu ela e os dois menino. [...] Mas eu nunca mais voltei nos parente dela pra pegar nada. A gente ficava com fome pros menino comer, mas eu não pedi nada pra parente de novo.[50]

Outro morador mede o valor do lote pelo contraste com o conjunto habitacional vizinho:

> Pode ser que pra o camarada que morava ali no Rosa dos Ventos (conjunto habitacional vizinho) que já comprava a casa pronta, com rua de paralelepípedo, meio-fio... pelo BNH e ficava pagando um monte de ano e as vez nem conseguia terminar de pagar e era botado pra fora, pra ele isso não tivesse tanto valor [...] agora pra mim... pra quem comprou o lote sem nada, no meio do matagal aí...[51]

As identidades forjadas pela autoconstrução da casa e dos equipamentos urbanos marcaram esses trabalhadores, ocupantes de posições informais na economia do Rio e usuários de transporte, saúde e educação precários — serviços que quase não acompanharam a explosão demográfica da periferia no pós-guerra. A lição diária — bastava olhar a casa sempre inacabada, a insalubridade do lote ou os trens lotados rumo ao núcleo da metrópole — era a de que fazia pouco sentido reivindicar direitos: eram invisíveis e assim continuariam, e suas condições de vida não se alterariam se não tomassem o destino nas próprias mãos.

Essa invisibilidade cresceu nos anos 1970, quando lugares como o Jardim Pernambuco se "entupiram de gente" enquanto a propaganda da ditadura anunciava "um país que vai pra frente". Com um crescimento vertiginoso que fez sua população saltar de cerca de 360 mil para mais de 1 milhão de habitantes, entre 1960 e 1980, o antigo hipermunicípio de Nova

48 CAMPOS, Lindolfo Vieira. Lindolfo Vieira Campos (depoimento, 1996). Entrevista concedida ao autor. Nova Iguaçu, RJ, 14 fev. 1996.

49 Desenvolvo a noção em MONTEIRO, Linderval Augusto. **Andando no vale da sombra da morte**: colonização proletária da Baixada Fluminense, Belford Roxo e o Governo Joca. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021.

50 PIRES, Sílvio Amaro. Sílvio Amaro Pires (depoimento, 1996). Entrevista concedida ao autor. Nova Iguaçu, RJ, 18 ago. 1996.

51 ANTUNES, Divino Sales. Divino Sales Antunes (depoimento, 1995). Entrevista concedida ao autor. Nova Iguaçu, RJ, 1 nov. 1995.

Iguaçu — que englobava os atuais territórios de Belford Roxo, Queimados, Japeri e Mesquita — projetou-se entre as dez maiores cidades do Brasil e como a mais populosa entre todos os municípios não capitais;[52] a explosão concentrou-se nos bairros de loteamento e ocorreu quando a ditadura, que vigiava a Baixada a partir da Vila Militar de Deodoro, interferia na escolha de seus prefeitos — nomeados diretamente em Duque de Caxias, área de segurança nacional desde 1971[53] —, cujo compromisso pouco foi além do controle de uma população “pobre e ignorante”, supostamente vulnerável aos “subversivos”.

Em 1979, um periódico regional de vida curta registrou as falas de líderes de associações de moradores iguaçuanos numa “reunião monstro”[54] do Movimento Amigos de Bairro (MAB-Nova Iguaçu).[55] O representante de Vila Paulina pediu às autoridades:

> [...] que não privassem o trabalhador do único dia de descanso — o domingo: ‘É comum a gente ver as pessoas aterrando ruas e limpando valas nos dias de folga. Mas nós somos brasileiros, pagamos nossos impostos em dia. O prefeito devia passar, pelo menos de helicóptero, por cima de Vila Paulina pra ver a miséria que nós vivemos’.[56]

Ao final, o prefeito, impedido pela multidão de sair antes da leitura das propostas, recebeu o “Manifesto de protesto do povo de Nova Iguaçu”, segundo o qual:

> [...] a situação dos bairros só não é pior porque o povo frequentemente promove melhorias do seu próprio bolso e com seu próprio esforço, como é o caso da instalação de manilhas, aterro de ruas, tubulação para água, luminárias e até mesmo a construção de minipostos de saúde e prédios escolares.[57]

O manifesto foi provavelmente obra de Bráulio Rodrigues da Silva, um dos “subversivos” que tanto amedrontavam a ditadura; preso mais de 20 vezes, vivia então num bairro iguaçuano.[58] Esse documento e a reunião, que ficaria conhecida como “Assembleia dos 3000”, representam, a meu ver, o ponto máximo de pressão organizada sobre as autoridades municipais em plena ditadura: 69 associações de bairros obrigaram o prefeito Ruy de Queiroz, aliado fiel do regime, a enfrentar três mil moradores que o vaiaram na tarde de domingo, 15 de julho de 1979.

O desfecho, porém, revela quão arraigada era a prática de os próprios moradores construírem os equipamentos urbanos. Na segunda audiência, em 13 de agosto de 1979, a prefeitura apresentou a Operação Comunitária de Integração Social de Nova Iguaçu (Cisni), que previa a participação dos moradores na limpeza de valas, na remoção de lixo e na colocação

52 IBGE. **VII Recenseamento Geral do Brasil (1960)**. Censo Demográfico: Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IBGE, [196-]. (Série Regional, v. 1, t. 12). Tab. 1. IBGE. **IX Recenseamento Geral do Brasil (1980)**. Censo Demográfico: Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IBGE, [198-]. v. 1, t. 3, n. 17. Tab. 1.

53 BATISTA, Allofs Daniel. **Onze prefeitos em onze anos**: o campo político iguaçuano nas páginas do Correio da Lavoura (1964-1975). 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. p. 18, 91.

54 REUNIÃO monstro assusta prefeito de Nova Iguaçu. **Jornal da Baixada**, São João de Meriti, n. 3, p. 4-5, ago. 1979.

55 Sobre a trajetória do MAB, ver SILVA, Percival Tavares da. **Origem e trajetória do Movimento Amigos de Bairro em Nova Iguaçu (MAB) — 1974/1992**. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 1993.

56 REUNIÃO monstro assusta prefeito de Nova Iguaçu, op. cit., p. 5.

57 Ibidem, p. 4.

58 SILVA, Bráulio Rodrigues da; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

de luminárias; segundo Percival Tavares da Silva, de concreto restaram atendimento médico, vacinação antipólio e "algumas manilhas em Santa Rita".[59] Mesmo afirmando pagar seus impostos em dia, os moradores aceitaram continuar urbanizando os próprios bairros com materiais da prefeitura — proposta que tampouco funcionou. Até para o combativo MAB, a solução das urbanidades incompletas da Baixada passava pela mão de obra gratuita de seus habitantes.

O fim da ditadura e a Constituição de 1988, que entregou às leis complementares estaduais a definição dos requisitos para as emancipações,[60] favoreceram a criação de novos municípios a partir de Nova Iguaçu.[61] Entre 1988 e 1991, a emancipação tornou-se palavra corrente também entre os moradores, mobilizados para votar "sim" nas consultas. Em Belford Roxo, denso e industrializado, como em Japeri, distante e pouco povoado, propagava-se a mesma ideia: "as melhorias" jamais viriam da prefeitura de Nova Iguaçu, mas de uma nova prefeitura ocupada por alguém do lugar.

Na própria Baixada, é opinião corrente atribuir as emancipações às elites locais, ávidas pelos cargos das novas máquinas administrativas, e reduzir o apoio popular à manipulação de uma "gente ignorante e sem raízes". Penso, ao contrário, que, ao aderir a planos emancipatórios elaborados por políticos, "o povo da Baixada" buscava pragmaticamente o parceiro que Ruy de Queiroz não fora.[62]

## Conclusão

> De verdade, aqui todo mundo quando chegou e até hoje em uns lugares aqui do bairro tem que fazer tudo o morador. O cabra vai fazer as casa e faz também os serviço da rua. Mas no início quando todo mundo chegou tinha que fazer tudo porque não tinha nada feito. Os cara que era dono dos loteamento só fizeram foi abrir as rua e male male fincar uns mourão pra separar os lote uns do outro.[63]

"Tinha que fazer tudo" — esta frase, que outros entrevistados diziam de muitos modos ("eu tinha que fazer alguma coisa", lembrava Otávio), condensa a experiência da colonização proletária da Baixada Fluminense. A necessidade orientava as escolhas. Diante da certeza de que o Estado não viria, trabalhadores migrantes transformaram lotes vazios em bairros inteiros, autoconstruindo não apenas casas, mas boa parte da infraestrutura urbana: valas, pontes, escolas, sistemas improvisados de água e luz.

59 SILVA, P. T., op. cit., 1993, p. 96.

60 A consulta plebiscitária seguiu restrita à população da área a desmembrar, como já previa a Lei Complementar nº 1/1967; a onda emancipacionista foi interrompida pela Emenda Constitucional nº 15/1996, que passou a exigir plebiscito em todos os municípios envolvidos.

61 A emancipação de Belford Roxo liga-se ao fim da ditadura e ao clima de redemocratização, mas não ao § 4º do art. 18 da Constituição de 1988: a Comissão de Emancipação iniciou o processo em 1986 e obteve, junto ao Legislativo estadual, a realização da consulta popular em 12 de junho de 1988 — data anterior à promulgação da Constituição.

62 Desenvolvi esse ponto em MONTEIRO, Linderval Augusto. Para além do "voto de sangue": escolhas populares e liderança política carismática na Baixada Fluminense. O caso Joca. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 121-152, jul. 2013. MONTEIRO, op. cit., 2021.

63 MOREIRA, Adair José. Adair José Moreira (depoimento, 1996). Entrevista concedida ao autor. Nova Iguaçu, RJ, 14 fev. 1996.

Esta história obriga a abandonar leituras que veem apenas marginalidade ou passividade. As entrevistas revelam a capacidade dessa população de agir coletivamente à margem do Estado: redes de reciprocidade prática, um saber técnico aprendido na experiência — fazer tijolos, bater lajes, construir pontes — e uma ética do trabalho que se firmou justamente porque o poder público não chegava. Quando um morador diz que “quem foi fazendo tudo foi a gente mesmo”, afirma um orgulho, mas denuncia igualmente um modelo de urbanização que dependeu estruturalmente do trabalho gratuito de quem deveria ter sido beneficiário de políticas públicas.

A segurança da posse — “daqui ninguém podia me tirar” — distinguia esses moradores tanto do favelado ameaçado de remoção quanto do mutuário do BNH sob risco de despejo; era ela que, conquistada a duras penas, permitia projetar o futuro e “começar a vida”, ainda que em território hostil.

O próprio clientelismo, mais que manipulação de uma população “ignorante”, era negociação pragmática: depois de décadas aprendendo que reivindicar era inútil, os moradores calculavam que um prefeito local, ainda que clientelista, seria mais responsivo que a prefeitura distante de um município gigante — e foi essa aposta que o apoio às emancipações municipais, do fim dos anos 1980, exprimiu.

A Baixada Fluminense mostra, portanto, um dos modos como se produziu cidade no Brasil do pós-guerra: com trabalhadores erguendo, com as próprias mãos e no “tempo livre” dos fins de semana, aquilo que deveria ter sido responsabilidade do Estado. Recolher as falas e as trajetórias dessa gente é um modo de saber quem de fato construiu essa periferia, e a que custo foi construída.

Cabe a um deles, servente de pedreiro que chegou menino do Recife e ergueu a própria casa em um loteamento de Belford Roxo, a palavra final. Perguntado sobre por que os moradores se juntavam para resolver o que faltava, respondeu:

> Não era possível continuar daquele mesmo jeito... o lixo tinha que ir embora de algum jeito e aquelas vala fedorenta... a gente tinha que mudar e, juntando, a gente passou a fazer por a gente mesmo, porque, se não ajeita a gente mesmo, os político é que não vai arrumar, entendeu?[64]

Recebido em: 22/12/2025
Aprovado em: 09/09/2026
Publicado em: 16/10/2026

64 FONTES, João Batista. João Batista Fontes (depoimento, 1994). Entrevista concedida ao autor. Belford Roxo, RJ, 3 jun. 1994.